

Educação para relações étnico-raciais nos cursos de licenciatura em humanidades das universidades federais do Nordeste

ARTIGO

Renata Meira Verasⁱ

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Vitória Batista Calmon de Passosⁱⁱ

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Nátali de Carvalho Limaⁱⁱⁱ

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Beatriz Oliveira da Silva^{iv}

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Gabriela Maia Borges^v

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Gustavo Barbalho de Oliveira^{vi}

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Resumo

Este artigo analisa como cursos de licenciatura em Ciências Humanas das universidades federais do Nordeste incorporam, em seus currículos, os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCN-ERER). Através de uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, foram examinadas 2.810 ementas de disciplinas obrigatórias em 76 cursos, identificando-se 691 com conteúdos relacionados à temática, sendo 440 com abordagem direta e 251 indireta. A análise evidenciou diferentes níveis de integração das diretrizes, destacando a UNILAB com maior proporção. As ênfases variam: africanidades na UFMA; conteúdos indígenas na UFBA, UFC e UFRN; interseccionalidade raça/gênero na UFRN, UFC e UniVasf. Observou-se que a implementação das DCNs ocorre de forma desigual entre instituições, sendo necessário consolidá-las para fortalecer uma educação antirracista.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais. Formação Inicial Docente. Currículo. Universidades Federais. Ciências Humanas.

Ethnic-racial relations education in humanities courses at federal universities in Northeastern Brazil

Abstract

This article analyzes how undergraduate teaching programs in the Humanities at federal universities in Northeast Brazil incorporate, within their curricula, the principles of the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations (DCN-ERER). Through a qualitative documentary research, 2,810 syllabi of mandatory courses across 76 programs were examined, identifying 691 syllabi with content related to the theme—440 with a direct approach and 251 with an indirect approach. The analysis revealed varying levels of integration of the

guidelines, with UNILAB standing out for having the highest proportion. The emphases varied: African heritage themes were more prominent at UFMA; Indigenous content was emphasized at UFBA, UFC, and UFRN; and race/gender intersectionality was most present at UFRN, UFC, and UniVASF. It was observed that the implementation of the DCNs is uneven across institutions, highlighting the need to consolidate these guidelines in order to strengthen anti-racist education.

Keywords: Ethnic-Racial Relations Education. Initial Teacher Training. Curriculum. Federal Universities. Humanities.

1 Introdução

A abordagem das relações étnico-raciais na educação brasileira é de extrema relevância, sobretudo nos cursos de licenciatura em Ciências Humanas nas universidades federais do Nordeste. Essa temática é fundamental para a formação de educadores críticos, conscientes e sensíveis às diversidades culturais e étnicas presentes em sala de aula. Para que estes profissionais estejam preparados para lidar com essas dinâmicas, é indispensável o estudo aprofundado e o conhecimento sobre este tema em questão (Klein, 2018).

É com base nessa concepção que os movimentos negros vêm paulatinamente, desde a década de 1980, questionando e tensionando a discussão acerca das relações étnico-raciais nas escolas. Como fruto desta luta, foi publicada a Lei nº 10.639/2004 (BRASIL, 2003) que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), determinando a inclusão obrigatória da “História e Cultura Afro-Brasileira” no ensino básico. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 foi sancionada com o intuito de acrescentar à primeira a história e cultura da população indígena. Outros destaques no esteio das políticas educacionais foram as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em 2004 (BRASIL, 2004), as DCN para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (BRASIL, 2012a) e as DCN para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio (BRASIL, 2015).

Tal movimento legislativo e curricular no Brasil dialoga com a perspectiva da colonialidade do saber apontada por Quijano (2000), buscando romper com a hegemonia

epistemológica eurocêntrica que historicamente silenciou outros saberes na academia. Ademais, com a publicação destas leis percebemos que a educação tem sido foco de atenção das entidades negras e indígenas. Para Gomes (2005), a educação é compreendida pelos movimentos negros e indígenas como um direito conquistado por aqueles que lutam pela democracia.

Trata-se de ir além da ascensão social, considerando-a como uma aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo e o respeito à diversidade étnica e cultural, além de ser um espaço de formação cidadã em prol da luta contra a discriminação racial.

É igualmente importante destacar a implementação das ações afirmativas voltadas ao acesso e à permanência nas universidades públicas, especialmente a partir da promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas (BRASIL, 2012b), além dos programas de assistência estudantil. Essas políticas contribuíram significativamente para o aumento da representatividade negra no ensino superior, desempenhando um papel essencial na promoção de justiça social nesses espaços (Veras; Silva, 2020). Também merece atenção a Lei nº 12.228/2010 que estabelece como atribuição do Poder Executivo Federal o fomento à inclusão de temáticas relacionadas à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira nos currículos das licenciaturas, fortalecendo a perspectiva de uma educação mais diversa e inclusiva (BRASIL, 2010). Especialmente os cursos das áreas de ciências humanas, letras e artes são os principais veiculadores dessa discussão étnico-racial nas escolas.

O artigo analisa como os cursos de licenciatura da área de Ciências Humanas de universidades federais do Nordeste incorporam os princípios legais, com foco nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, apontando que as lacunas na implementação dessas diretrizes estão relacionadas à forma como a formação docente é concebida e operacionalizada nos currículos.

Neste contexto, esta pesquisa busca contribuir para a compreensão das estratégias educacionais capazes de promover uma formação docente mais sensível, crítica e comprometida com a diversidade étnico-racial no Brasil. O estudo propõe

identificar ementas curriculares que possam servir como referência positiva, bem como apontar lacunas e áreas que demandam aprimoramento. Além disso, enquanto muitos estudos focam na educação básica, esta pesquisa avança ao mapear o cenário na formação inicial de professores em toda a região Nordeste.

Busca-se fomentar práticas formativas mais consistentes nos cursos de licenciatura, de modo a preparar futuros professores, tanto no plano teórico quanto prático, para integrar de forma crítica as questões étnico-raciais em sua atuação pedagógica cotidiana. E em última instância, a formação de educadores aptos a lidar com a complexidade da diversidade brasileira configura-se como elemento essencial para a consolidação de uma educação pública mais inclusiva, equitativa e socialmente comprometida.

2 Metodologia

Este trabalho apresenta os resultados de um estudo documental, de recorte transversal, caráter exploratório e abordagem qualitativa, desenvolvido a partir da análise de conteúdos relacionados à educação para as relações étnico-raciais nos currículos de cursos de licenciatura em Ciências Humanas de 20 universidades federais do Nordeste brasileiro, com base nas ementas de disciplinas obrigatórias extraídas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, disponíveis nos *sites* institucionais.

Inicialmente, realizou-se um levantamento no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior (Cadastro e-MEC) para identificar os cursos de licenciatura na área de Ciências Humanas das universidades federais do Nordeste, totalizando 76 cursos em 20 instituições. Em seguida, buscou-se o acesso aos Projetos Pedagógicos de Curso por meio dos *sites* institucionais ou contato por e-mail, sendo incluídos apenas os cursos com documentos disponíveis por essas vias.

A coleta de dados ocorreu ao longo de 2023, considerando as atualizações obtidas a partir das solicitações realizadas. Ao final, foram analisadas 2.810 ementas, das quais 691 apresentaram conteúdos relacionados à Educação das Relações Étnico-Raciais

(ERER). Ressalta-se que, embora algumas instituições ofertem maior número de cursos de licenciatura nas Ciências Humanas, este estudo incluiu apenas aqueles cujas ementas estavam disponíveis nos sites institucionais no período da coleta.

Na sequência, as ementas identificadas foram categorizadas conforme a abordagem dos conteúdos observados, sendo classificadas em duas categorias: “abordagem direta” e “abordagem indireta”. Essa classificação foi orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008).

Foram classificadas como de abordagem direta as ementas com referência explícita às temáticas previstas nas DCN, enquanto como de abordagem indireta aquelas que apresentavam conteúdos mais gerais ou incluíam autores negros na bibliografia. Essa classificação foi realizada por pares e posteriormente discutida e validada pelo grupo de pesquisa.

Ao final do levantamento, foram identificadas 440 ementas com abordagem direta e 251 com abordagem indireta. No entanto, ressalta-se que não foi realizada distinção entre essas categorias durante a etapa de análise dos dados. A descrição detalhada desse mapeamento encontra-se apresentada na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Total de cursos analisados por Universidade

Universidades Federais da Região Nordeste	Total de cursos de Humanidades analisados	Total de ementas analisadas	Total de ementas classificadas	Ementas com conteúdo direto	Ementas com conteúdo indireto
UFAL	5	192	48	25	23
UFOB	2	99	13	12	1
UFRB	4	108	14	13	1
UFSB	1	37	9	4	5
UFC	7	226	59	55	4
UFCA	2	74	10	5	5
UNILAB	3	98	65	62	3

Universidades Federais da Região Nordeste	Total de cursos de Humanidades analisados	Total de ementas analisadas	Total de ementas classificadas	Ementas com conteúdo direto	Ementas com conteúdo indireto
UFMA	7	266	144	78	66
UFCG	4	210	30	19	11
UFPB	7	285	97	54	43
UFAPE	1	43	3	2	1
UFPE	5	188	21	8	13
UNIVASF	2	85	7	4	3
UFRPE	2	99	8	5	3
UFDPAR	1	47	3	3	0
UFPI	5	168	62	46	16
UFRN	5	177	20	11	9
UFERSA	1	56	28	17	11
UFS	7	179	13	6	7
UFBA	5	173	37	11	26
TOTAL	76	2810	691	440	251

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa aplicada (2024).

Para a organização e o tratamento dos dados textuais, utilizou-se o *software* Iramuteq, ferramenta de acesso livre e código aberto destinada à análise estatística de textos. O programa possibilita a sistematização e a visualização dos dados por meio de representações gráficas de fácil interpretação, oferecendo recursos como análises estatísticas, análise de especificidades, Análise Fatorial de Correspondência (AFC), Classificação Hierárquica Descendente (método de Reinert), análise de similitude e geração de nuvens de palavras (Camargo; Justo, 2013).

Neste estudo, empregou-se a Análise de Similitude para analisar a ocorrência entre as palavras mais frequentes do corpus, gerando um diagrama tipo “árvore” composto por halos que representam os núcleos de sentido identificados no texto. A espessura dos ramos indica a intensidade das associações entre os termos, enquanto o tamanho das palavras reflete sua frequência no material analisado (Camargo; Justo, 2013).

3 Resultados e Discussão

O Quadro 1 apresenta a distribuição dos cursos analisados por universidade. Predominaram currículos dos cursos de Pedagogia (n=17), História (n=14) e Ciências Sociais (n=13), e com frequência mínima as Licenciaturas Interculturais Indígenas e o curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros (n=1).

Quadro 1 – Cursos analisados em cada Universidade

Universidades Federais da Região Nordeste	Cursos analisados
UFAL	Geografia, História, Pedagogia, Filosofia, Ciências Sociais
UFOB	Geografia, História
UFRB	Ciências Sociais, Filosofia, História, Pedagogia
UFSB	Ciências Humanas e suas tecnologias
UFC	Ciências Sociais, Filosofia, História, Geografia, Pedagogia, Licenciatura Intercultural Indígena das Etnias Pitaguary, Tapeba, Kanindé de Aratuba, Jenipapo-Kanindé e Anacé, Licenciatura Intercultural Indígena Kuaba
UFCA	Pedagogia, Filosofia
UNILAB	História, Pedagogia, Ciências Sociais
UFMA	Geografia, História, Pedagogia, Filosofia, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Estudos Africanos e Afro-brasileiros
UFCG	História, Pedagogia, Ciências Sociais, Educação do Campo
UFPB	Geografia, História, Pedagogia, Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia com ênfase em educação do campo, Ciências das religiões
UFAPE	Pedagogia
UFPE	História, Pedagogia, Filosofia, Ciências Sociais, Geografia
UNIVASF	Ciências Sociais, Geografia
UFRPE	História, Pedagogia
UFDPAR	Pedagogia
UFPI	Geografia, História, Pedagogia, Filosofia, Ciências Sociais

Universidades Federais da Região Nordeste	Cursos analisados
UFRN	Geografia, História, Pedagogia, Filosofia, Ciências Sociais
UFERSA	Pedagogia
UFS	Geografia, História, Pedagogia, Filosofia, Ciências Sociais, Ciências da Religião, Educação do Campo
UFBA	Geografia, Pedagogia, Ciências Sociais, Filosofia, História

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa aplicada (2024).

Do total de 2.810 ementas analisadas, 691 foram classificadas como relacionadas às questões étnico-raciais, sendo 440 com abordagem direta e 251 com abordagem indireta, conforme a distribuição apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 – Ementas classificadas por curso das áreas de Humanidades

Curso	Número de cursos analisados	Total de ementas analisadas	Total de ementas classificadas	% de ementas classificadas	Ementas com conteúdo direto	Ementas com conteúdo indireto
História	14	568	216	38,03	147	69
Ciências Sociais	13	445	131	29,44	93	38
Geografia	11	417	67	16,07	26	41
Pedagogia	17	739	111	15,02	62	49
Filosofia	11	300	36	12	11	25
Ciências Humanas	1	32	12	37,50	6	6
Pedagogia com ênfase em educação do campo	1	38	7	18,42	2	5
Educação do campo	2	43	6	13,95	3	3
Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias	1	37	9	24,32	4	5

Curso	Número de cursos analisados	Total de ementas analisadas	Total de ementas classificadas	% de ementas classificadas	Ementas com conteúdo direto	Ementas com conteúdo indireto
Estudos Africanos e Afro-brasileiros	1	40	31	77,50	27	4
Licenciatura Intercultural Indígena das Etnias Pitaguary, Tapeba, Kanindé de Aratuba, Jenipapo-Kanindé e Anacé	1	60	28	46,67	28	0
Licenciatura Intercultural Indígena Kuaba	1	37	17	45,95	17	0
TOTAL	76	2810	691	24,59	440	251

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa aplicada (2024).

A seleção de conteúdos curriculares não é neutra, pois o currículo funciona como um mecanismo de legitimação do chamado “conhecimento oficial”, frequentemente marginalizando perspectivas não hegemônicas (Apple, 2004). Assim, os dados da Tabela 2 indicam que a implementação das leis não depende apenas da vontade institucional, mas também enfrenta entraves nas tradições epistemológicas de cada área. Observa-se que a História assume maior protagonismo, enquanto cursos como Filosofia e Geografia apresentam uma integração periférica. Destaca-se, de forma mais sensível para a política educacional, o curso de Pedagogia, que alicerça toda a educação básica e apresentou baixa cobertura do tema, evidenciando uma fragilidade estrutural na formação antirracista.

Após o levantamento e a classificação das ementas, realizou-se a análise qualitativa dos textos, identificando a UNILAB como a instituição com maior proporção de conteúdos relacionados à ERER e diversidade temática.

um discurso formativo em construção com potencial de fortalecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Halo amarelo: o halo enfatiza as dimensões sociais e políticas, compreendendo a cultura como espaço de disputa, e reúne disciplinas de caráter contemporâneo e interdisciplinar voltadas à análise de questões étnico-raciais, movimentos sociais e da organização política, econômica e cultural da sociedade. Essas disciplinas buscam compreender as dinâmicas sociais e culturais em um contexto de constantes transformações, promovendo uma análise crítica e reflexiva sobre as complexidades da vida em sociedade, como exemplificado pela disciplina Introdução à Geografia Cultural, ofertada na UFAL.

Métodos, pesquisa e tendências em Geografia Cultural; Identidade Cultural. Abordagens de perspectivas teórico-metodológicas sobre os conceitos e categorias da ciência geográfica Espaço Geográfico, Território, Região, Paisagem e Lugar na Geografia Cultural. A Cultura Afro-Brasileira e Africana, o reconhecimento e a igualdade na valorização da identidade, das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

Esse agrupamento sugere que a formação nestes cursos busca situar as relações étnico-raciais não apenas como um tema transversal, mas como um fenômeno estrutural e político. A forte associação entre “cultura” e “sociedade” indica que os cursos estão instrumentalizando os futuros docentes para compreenderem o racismo para além do preconceito individual, entendendo-o como parte da organização política e econômica da sociedade contemporânea.

Halo verde: as ementas convergem em temáticas voltadas à formação da identidade nacional e à história do Brasil do período colonial à contemporaneidade. São recorrentes a historiografia brasileira e eventos como a escravidão, a independência, o Império e a República, com destaque para as relações étnico-raciais e as contribuições afro-brasileiras e indígenas na constituição da sociedade. Observa-se a presença das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como o enfoque na cultura afro-brasileira, na história africana e em práticas pedagógicas para o ensino de História na educação básica, evidenciando um compromisso com uma educação antirracista e pluricultural.

Os termos mais recorrentes remetem à formação histórica e social do país. “População” aparece associada à constituição da população brasileira, às migrações e à diversidade étnica; “negro” destaca-se nas discussões sobre história afro-brasileira, movimentos sociais e questão racial; “nacional” e “Brasil” relacionam-se à identidade nacional, à consolidação do Estado e aos processos históricos do período colonial à contemporaneidade. Já “aspecto”, “formação” e “brasileiro” referem-se aos diferentes aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, bem como à formação histórica, territorial e identitária da sociedade brasileira, como exemplificado em ementas do curso de Sociologia da UFRB.

Experimentação de recursos didático pedagógicos em espaços formais e não-formais de ensino aprendizagem, com avaliação e ou produção de material didático/paradidático pertinente, a partir dos temas a seguir: A ciência e sua relação com outras formas de conhecimento. Conhecimento e escola. Ciências sociais conceitos fundamentais. Socialização e instituições sociais. Formação de grupos e relações entre grupos identidade e territorialidades. História e cultura africana e indígena. A formação do povo brasileiro. Educação das relações étnico-raciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Poder, cotidiano e Estado. Formas de governo, eleições e democracia. Mudança social, movimentos sociais e cidadania. Contribuições dos povos negro e indígena nas áreas social, econômica e política do Brasil.

A predominância dos termos deste halo revela um esforço de revisão historiográfica. Este halo evidencia que os currículos estão disputando a narrativa oficial da história do Brasil. E, para uma formação antirracista, isso é crucial, pois oferece ao futuro professor o conteúdo necessário para desconstruir o mito da democracia racial e apresentar uma história plural em sala de aula.

Halo vermelho: reúne disciplinas voltadas aos fundamentos teóricos e à análise social, com enfoque em ensino e aprendizagem, na relação entre educação, cultura e sociedade, e na formação docente. As ementas abordam as desigualdades sociais, as relações étnico-raciais e as estruturas políticas, além de estudos sobre diversidade e identidade nas práticas pedagógicas, considerando classe social, gênero e sexualidade. Também estão presentes conteúdos de antropologia, com abordagens teórico-

metodológicas que articulam cultura, educação e sociedade, como exemplificado no curso de Pedagogia da UFRPE.

Os processos socioculturais de construção da identidade e da diferença na sociedade e no espaço escolar. Multiculturalismo e diversidade na Educação. As categorias de raça, etnia, classe, nacionalidade, gênero e sexualidade na formação e problematização das identidades.

13

Halo roxo: apresenta um enfoque predominante no campo educacional, especialmente nos contextos escolares. Observa-se a abordagem de questões raciais e de sexualidade, com destaque para o tratamento de temáticas identitárias e sociais no ambiente escolar. Além disso, esse agrupamento evidencia uma perspectiva que articula a educação formal à promoção da igualdade e da inclusão, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Disciplinas da UFAL abordam diversidade e cultura ao tratar de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e educação indígena no contexto educacional contemporâneo. De forma complementar, cursos como Ciências Sociais e Pedagogia articulam teorias da Antropologia Social e Cultural para analisar a relação entre cultura, educação e sociedade, contribuindo para práticas pedagógicas e políticas educacionais mais inclusivas, como observado também em componentes da UNIVASF.

Promover o debate sobre a diversidade humana nas suas diversas vertentes, buscando relacionar o contexto social brasileiro, seus conflitos e perspectivas, fomentando uma reflexão emancipadora do discente/cidadão. A construção da igualdade nas relações de gênero na sociedade brasileira com vistas a encontrar meios eficazes para combater a todas as formas de violência e discriminação contra o indivíduo e ou coletividade. Esta disciplina abordará a sexualidade numa perspectiva democrática e ampla envolvendo e analisando os chamados direitos sexuais a partir dos princípios fundamentais e das dimensões que envolvem o exercício da sexualidade. Liberdade, igualdade e não discriminação, bem como a proteção da dignidade humana, são os fundamentos que estruturam o desenvolvimento de um direito democrático da sexualidade, compatível com o pluralismo e a laicidade requeridas pelas sociedades democráticas contemporâneas. Abordaremos ainda a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, tendo como elemento norteado a Lei 10.639 2003 e Lei n 11.645 2008.

A emergência dos halos vermelho e roxo indica uma perspectiva interseccional na formação, evidenciando que a discussão racial se articula a questões de gênero,

sexualidade e classe (Akotirene, 2019). Essa abordagem é fundamental para que o licenciando compreenda a escola como um espaço marcado por múltiplas exclusões e possa promover práticas inclusivas sensíveis à complexidade das identidades dos estudantes.

14

Halo rosa: evidencia temas relacionados à prática pedagógica e à produção de conhecimento aplicado, ressaltando a importância de abordar as relações étnico-raciais na formação docente, especialmente em disciplinas de estágio, práticas de ensino e elaboração de materiais didáticos. Essa ênfase na prática é fundamental para a efetivação de uma pedagogia culturalmente relevante, conforme proposto por Ladson-Billings (1995).

O curso de História da Universidade Federal de Alagoas apresenta diversas disciplinas de caráter prático voltadas à elaboração de projetos e trabalhos relacionados ao campo da EREER. De modo semelhante, a disciplina “Metodologia de Processos de Intervenção Social”, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, adota uma perspectiva teórico-prática ao discutir a relação entre sociedade e universidade, contribuindo para a construção de projetos de intervenção social. Essa abordagem também pode ser observada na disciplina “Didática nos Países da Integração”, do curso de Sociologia da UNILAB.

Descolonização do ensino e da aprendizagem. Didática, ciência da educação, instrução e ensino. Identidade docente e saberes especializados. Processos de ensino e de aprendizagem. Desafios do cotidiano escolar e do ritual da aula nos países da integração. Organização e dinâmica da Prática pedagógica planejamento, execução e avaliação do processo de ensino e da aprendizagem. Laboratório em didática na perspectiva da descolonização do ensino e da aprendizagem.

Esse agrupamento destaca-se como estratégico para a efetivação das leis, ao articular a temática racial com a prática profissional, estágios e didática, indicando um avanço para além do campo teórico. Assim, o halo representa uma ponte entre o discurso antirracista e o cotidiano escolar, instrumentalizando o professor para a intervenção pedagógica frente ao racismo (Pinheiro, 2023).

Halo azul-claro: por fim, o halo azul-claro destacou-se por evidenciar de forma mais explícita temas relacionados às Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, reunindo a maior proporção de disciplinas voltadas ao ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. As ementas contemplam conteúdos sobre história africana e indígena, as relações entre povos indígenas e sociedades coloniais, incluindo adaptações culturais, guerras de conquista e alianças, além de temas como escravidão, etnicidade, políticas indigenistas, questões sociais e econômicas na América Latina e na África, bem como seus processos de colonização e independência.

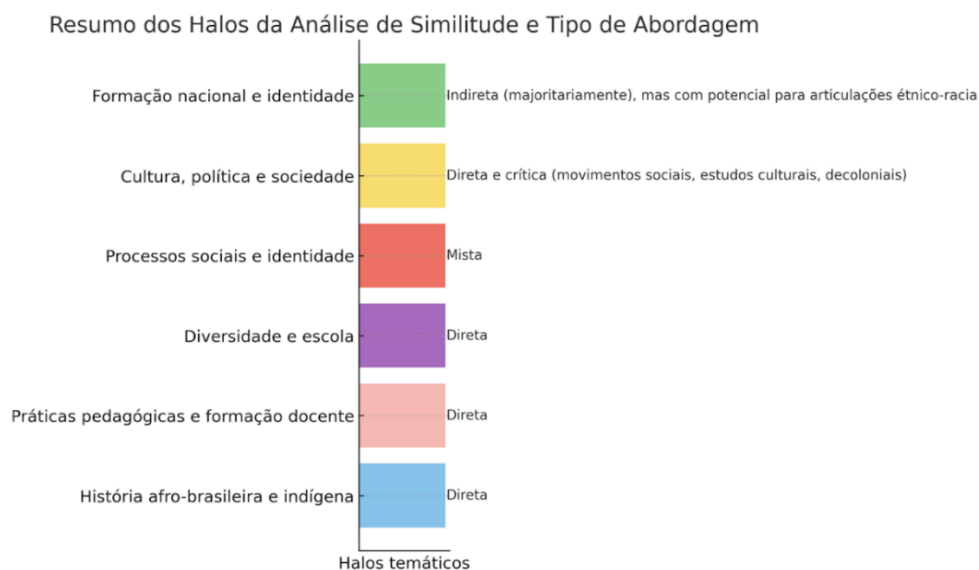
Destacam-se temas históricos, culturais e sociais diversos, incluindo transformações econômicas, imperialismo, descolonização, identidade cultural e relações étnico-raciais, com ênfase também em história indígena e direitos humanos, como exemplificado no curso de Música da UFMA.

Políticas indigenistas de educação: Colônia, Império, República. O sistema educacional e a construção do Estado nacional brasileiro. A escola de brancos no mundo dos índios. A educação escolar indígena específica e diferenciada. Multietnicidade, pluralidade e diversidade.

A formação de um halo próprio e denso em torno das leis e dos conteúdos de História da África e Indígena indica que a obrigatoriedade legal atua como indutor curricular. Contudo, a concentração desses temas em um *cluster* específico sugere que ainda são tratados, em alguns casos, como conteúdos isolados, reforçando a necessidade de fortalecer sua transversalização e a abordagem interdisciplinar observada no halo amarelo.

A Figura 2 apresenta um infográfico que sintetiza os principais núcleos temáticos de cada halo e o tipo de abordagem predominante (direta ou indireta).

Figura 2 – Principais temas e tipo de abordagem segundo cada halo



Fonte: Elaborada pelos autores com suporte do *software* GPT-4^o

O infográfico evidencia que os diferentes eixos temáticos da EREER presentes nos cursos de licenciatura em Humanidades das universidades federais nordestinas contribuem para uma formação diversa, complexa e crítica, favorecendo o reconhecimento das contribuições históricas, sociais e políticas de negros e indígenas. Também se observa que esses conteúdos são trabalhados por meio de abordagens diretas, indiretas ou mistas, combinando menções explícitas às DCN com temas mais amplos, como diversidade, direitos humanos e epistemologias decoloniais.

A presença dessas perspectivas de ensino nos currículos analisados converge com as proposições de Gomes (2012), que aponta a necessidade de mudanças nas práticas pedagógicas e da descolonização dos currículos da educação básica e superior no campo da EREER, articulando as condições materiais de existência às dinâmicas culturais, sociais, identitárias e políticas. Contudo, não se trata apenas da inclusão de novos temas, mas da promoção do que Walsh (2010) denomina interculturalidade crítica, ao questionar as estruturas de poder que racializam e subalternizam determinados grupos.

Conteúdos como epistemologias africanas exemplificam essa abordagem, estando presentes, por exemplo, no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

Disciplina: Filosofia da Ancestralidade e Educação

Conceitos essenciais à cosmovisão africana: corpo, mito, rito, tempo, ancestralidade. Relação comunitária. Importância do chão. Necessidade da diversidade e da alteridade. Religiosidade tradicional e sacralidade. Exu: para além do bem e do mal. Filosofia na perspectiva da cosmovisão africana. Ética e estética. Desdobramentos pedagógicos teórico-práticos. Laboratório de dispositivos de apreensão da filosofia da ancestralidade na educação.

17

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCN-ERER) ressaltam a necessidade de ampliar o acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e a reconstrução de identidades, rompendo com imagens negativas historicamente atribuídas a pessoas negras e indígenas, bem como reconhecendo a participação desses grupos na história do Brasil (BRASIL, 2003, 2004, 2008). Nesse sentido, a presença dessa abordagem nas ementas é fundamental para a efetivação das DCN. Contudo, destaca-se a importância de que, no cotidiano das aulas, os docentes atentem para o processo de desconstrução dessas representações, especialmente no ensino de conteúdos sobre o período colonial e a escravidão, tradicionalmente marcados por tais simbologias. A adoção de uma perspectiva decolonial mostra-se estratégica, uma vez que a representação de pessoas negras e indígenas em posições de subalternidade contribui para a perpetuação do racismo (Corenza, 2021).

Por este motivo, é importante que as lutas e os movimentos sociais sejam conteúdo nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura, como por exemplo no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste Baiano:

Disciplina: Ensino, História e Cultura Afro-Brasileira

Estudo da historiografia e da história do Brasil, partindo das suas matrizes africanas. O papel da África e dos africanos para a formação cultural brasileira. As lutas da população negra e os movimentos sociais e de ação afirmativa. O fomento de instrumentos conceituais e didáticos capazes de referenciar o ensino da história das culturas afro-brasileiras, ressaltando as suas afinidades com a história da África, com o intuito de atender à Lei 10.639/03. Componente com prática a ser realizada na Educação Básica pública.

Disciplinas como essa estão em acordo com o cumprimento das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, uma vez que sua implementação constitui uma forma concreta de enfrentamento ao racismo institucional ainda presente nas estruturas escolares.

Observa-se que a discussão sobre a formação nacional e a identidade brasileira nos currículos analisados ocorre, em sua maioria, de forma indireta, como exemplificado no curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão.

Disciplina: Estado e Sociedade Estado e ideologia. Relações de poder e dominação. Teoria das elites. O mundo do trabalho. Educação, cidadania e emancipação. Movimentos sociais. Políticas públicas e empoderamento dos grupos minoritários.

Embora não mencione explicitamente as relações étnico-raciais, a disciplina adota como bibliografia obrigatória a obra de Sueli Carneiro (2003), evidenciando uma abordagem indireta do tema. Tal estratégia reflete um padrão mais amplo do sistema educacional, no qual o currículo, conforme apontam Sacristán (2000) e Corenza (2021), expressa interesses específicos e se configura como instrumento de poder e dominação simbólica. Nesse sentido, Oliveira (2016) defende que a temática étnico-racial não deve ser tratada apenas como conteúdo transversal, mas integrada de forma estruturante ao currículo, considerando as especificidades dos estudantes e dos grupos étnico-raciais, suas trajetórias sócio-históricas de luta e resistência, contribuindo para a formação de profissionais críticos e comprometidos com a equidade e a diversidade.

4 Considerações finais

A análise dos currículos de licenciatura em Ciências Humanas nas universidades federais do Nordeste aponta avanços e desafios na implementação da ERE, evidenciando a incorporação das diretrizes das DCN-ERER de forma ainda desigual entre instituições e cursos. Os resultados mostram que os conteúdos étnico-raciais são inseridos de forma diversa, variando entre abordagens centrais e diretas e perspectivas indiretas e

amplas, articuladas a temas como direitos humanos, diversidade, gênero e epistemologias decoloniais

Apesar dos avanços, a formação docente ainda apresenta abordagens restritas e pouco aprofundadas sobre esses temas, o que demanda revisão, uma vez que os professores têm papel central na desconstrução de narrativas racistas, tornando fundamental a adoção de uma perspectiva decolonial.

O estudo apresenta limitações por basear-se em análise documental, não contemplando atividades extracurriculares nem a prática pedagógica em sala de aula, além de depender da disponibilidade e do acesso aos PPCs, alguns dos quais estavam indisponíveis.

A presente análise teve como objetivo compreender de que forma as instituições formadoras de professores incorporam as DCN-ERER e as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 nos currículos das licenciaturas. Considerando o papel central dos docentes na adoção de estratégias educacionais críticas e comprometidas com a diversidade étnico-racial, evidencia-se que esses profissionais são protagonistas na construção de uma educação mais inclusiva, capaz de responder à complexidade da diversidade brasileira.

Por fim, diante dos achados, refletimos que é vital que as coordenações de cursos de licenciatura, bem como os Núcleos Docente Estruturantes das instituições de ensino superior revejam continuamente os projetos pedagógicos dos cursos, no intuito de alinhar o perfil dos formados com essa necessidade urgente.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

APPLE, M. W. **Ideology and curriculum**. 3. ed. New York: Routledge, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 2, de 15 de junho de 2015.** Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores indígenas em cursos de educação superior e de ensino médio, na modalidade normal. Brasília, DF: MEC/CNE, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia.** Brasília, DF: MEC, 2002. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/diretrizes-curriculares>. Acesso em: 5 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, DF: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRaMuTeQ.** Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS), Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Atualizado em 25 jun. 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117–133, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7XtYBvT8LdLdTgKrWmqYDDN/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORENZA, J. A. (org.). **Práticas curriculares antirracistas: temas em construção**. 1. ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2021.

GOMES, N. L. **Pedagogia do outro: ensaios sobre educação, racismo e identidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

KERR, L. R. F. S.; KENDALL, C. A pesquisa qualitativa em saúde. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 14, n. 6, p. 1061–1063, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324029419001>. Acesso em: 25 jul. 2025.

KLEIN, L. **Educação e relações étnico-raciais: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2018.

LADSON-BILLINGS, G. Toward a theory of culturally relevant pedagogy. **American Educational Research Journal**, v. 32, n. 3, p. 465-491, 1995.

OLIVEIRA, J. M. **A implementação da Lei 10.639/03: uma análise sobre a formação dos professores de História na cidade de Salvador**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19825/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20JULIANA%20MARTA%20%281%29.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: para familiares e professores**. São Paulo: Planeta, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

VERAS, R. M.; SILVA, D. L. A democratização do acesso ao ensino superior no Brasil é um instrumento de justiça social? **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 54, e-

17325, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n54.17325>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/17325>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ⁱ **Renata Meira Veras**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1681-1401>

Universidade Federal da Bahia

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora associada da Universidade Federal da Bahia. Bolsista produtividade CNPq.

Contribuição de autoria: Coordenou o projeto, analisou os dados e revisou o artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1790266518032893>

E-mail: renata.veras@ufba.br

ⁱⁱ **Vitória Batista Calmon de Passos**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2693-3517>

Faculdade de Farmácia, Universidade Federal da Bahia

Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade Federal da Bahia. Graduada no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Farmácia também pela Universidade Federal da Bahia.

Contribuição de autoria: Escreveu, analisou dados, revisou o artigo e coletou dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8926945365638657>

E-mail: vitoria.calmon@ufba.br

ⁱⁱⁱ **Nátali de Carvalho Lima**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8306-5787>

Faculdade de Odontologia, Universidade Federal da Bahia

Graduada no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Odontologia pela Universidade Federal da Bahia.

Contribuição de autoria: Escreveu, analisou dados, revisou o artigo e coletou dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4739590976499722>

E-mail: natali.lima@ufba.br

^{iv} **Beatriz Oliveira da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9319-8999>

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia
Graduada no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde pela Universidade Federal da Bahia.

Contribuição de autoria: Escreveu, analisou dados, revisou o artigo e coletou dados.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3703161488584831>

E-mail: beatriz.os@ufba.br

^v **Gabriela Maia Borges**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0940-5893>

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia
Graduada no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde pela Universidade Federal da Bahia.

Contribuição de autoria: Escreveu, analisou dados, revisou o artigo e coletou dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5150119352386775>

E-mail: gabrielamaia@ufba.br

^{vi} **Gustavo Barbalho de Oliveira**, <https://orcid.org/0009-0000-1800-282X>

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia
Graduando no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde pela Universidade Federal da Bahia.

Contribuição de autoria: Escreveu, analisou dados, revisou o artigo e coletou dados.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3110882546461708>
E-mail: gustavo.barbalho@ufba.br

Editora responsável: Genifer Andrade.

23

Especialista *ad hoc*: Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida e Manuela Rodrigues Santos.

Como citar este artigo (ABNT):

VERAS, Renata Meira; PASSOS, Vitória Batista Calmon de; LIMA, Nátali de Carvalho; SILVA, Beatriz Oliveira da; BORGES, Gabriela Maia; OLIVEIRA, Gustavo Barbalho de. Educação para relações étnico-raciais nos cursos de licenciatura em Humanidades das universidades federais do Nordeste. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 8, e16037, 2026. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/16037>

Recebido em 30 de julho de 2025.

Aceito em 20 de dezembro de 2025.

Publicado em 20 de fevereiro de 2026.